

Aos

Senhores Dacau e Carolina (jornalistas do UOL / Folha)

Boa tarde aos senhores.

Paz e bem.

Inicialmente, agradecemos a possibilidade do contato através do Pe. Andrey, assessor de comunicação da Arquidiocese, e nos disponibilizamos que, de agora em diante, as demais manifestações sejam levadas a efeito pela Cúria, através da Secretaria Geral (curiapa.secretaria@gmail.com), endereçadas ao nosso Vigário Geral, Cônego Wilson Mário de Moraes.

Objetivamente, os jornalistas e repórteres da Folha / UOL, possivelmente, já se inteiraram de expressiva parte do contexto que ora questionam a Arquidiocese de Pouso Alegre, razão pela qual, nessa oportunidade, por síntese, tentaremos ser diretos. Pois bem:

As mencionadas *“vítimas e fontes da Igreja”* que hipoteticamente teriam narrado fatos envolvendo o Sr. Ernani Maia dos Reis, talvez tenham se esquecido de citar que ele próprio se desligou há tempos da Arquidiocese de Pouso Alegre, tanto que o mesmo, formalmente, requereu de modo expresso, a sua renúncia ao estado clerical, isto é, não atua mais a título de *“padre”*. Ele não é mais sacerdote da Arquidiocese de Pouso Alegre e, ao que nos consta, nem de outra qualquer, ou seja, não exerce atividades de clérigo.

A Arquidiocese nunca negou qualquer fato (dele) ou ato atribuído quando do exercício na liderança daquela comunidade; seja em nossa jurisdição Arquidiocesana e nem, menos ainda, da própria Santa Sé, tanto que formalmente foram constituídas auditorias, comissões de apuração em várias esferas de acompanhamento, sendo as respectivas comunicações, diretas aos representantes legais superiores (Nunciatura e Santa Sé). Nunca houve qualquer omissão nesse sentido. A Santa Sé possui ciência de tudo, inclusive que o Sr. Ernani há tempos já se desligou daquela comunidade. Em suma, fato público e notório é que ele não exerce o sacerdócio e todas as medidas legais cabíveis, em todas as extensões, tanto canônicas quanto administrativas, fiscais e civis (suprimi penais), estão sendo efetivadas seguindo os ritos próprios de cada entidade. O Sr. Ernani, ao que nos consta, há anos não comparece nem mesmo naquela localidade, tendo estabelecido residência e profissão em outro Estado da nação.

Por sua vez, seguindo a ordem de suas perguntas, a Arquidiocese de Pouso Alegre segue criteriosamente todas as resoluções e orientações do Papa Francisco e da Santa Sé; não apenas o propagado por relatos *“dúbios e criativos”* de ex-membros daquela comunidade (conterrâneos dele ou ligados por laços familiares), quanto de qualquer membro de sua instituição católica. A nossa Arquidiocese dispõe inclusive de um Tribunal Canônico gabaritado com formação própria para atuar em inúmeras situações de diversas naturezas. Aliás, é uma das pioneiras no Brasil, cumprindo as determinações do Papa Francisco, a criar e operacionalizar uma Comissão de Serviço Arquidiocesano composto por membros de Escol, aptos para tratar de eventuais assuntos daquela característica.

Especificamente quanto ao apontamento pertinente ao que vocês transcreveram no tocante ao Mosteiro da Santíssima Trindade, todos os membros, indistintamente, tiveram (e ainda possuem) a oportunidade de obter tratamento psicológico e apoio administrativo, espiritual e legal; sem exceção, iniciando-se através do Conselho da Comunidade do Mosteiro. Nesse sentido, o Sr. Ernani procurou a Arquidiocese e pediu uma orientação para um possível

acompanhamento. A Arquidiocese indicou a clínica Âncora, em Curitiba, e o Conselho daquela Comunidade concordou e assumiu financeiramente os custos e o respectivo acompanhamento. Aliás, a Arquidiocese indicou e a Comunidade do Mosteiro ofereceu um acompanhamento espiritual para os membros que assim desejaram.

Sequencialmente as perguntas jornalísticas, informe-se que o Mosteiro possuía fontes de renda como os próprios entrevistadores relataram; obviamente acrescidos com doações, sempre de modo natural, espontâneo, sem qualquer imposição. Existem muitos benfeitores, amigos, colaboradores que, de boa vontade, sempre auxiliam. Isso naturalmente, sem constrangimentos nem injunções. Se por um lado se questionam eventual uso irregular de ativos financeiros, por outro, é certo que a nossa Arquidiocese, tão logo tomou conhecimento dos relatos de malversação administrativa, agiu imediatamente, adotou as providências legais cabíveis, interviu, instaurou uma auditoria contábil financeira, determinou o acompanhamento espiritual por uma instituição Monástica congênere, deslocou membros clérigos e, agiu de modo assertivo para estancar qualquer resquício de hipotética e eventual irregularidade. E assim permanece acompanhando a retomada das atividades, inclusive, atualmente, com a submissão de um novo Estatuto em fase de análise regimental que contemple, legalmente, ditas situações conflituosas de modo a sanar quaisquer dúvidas, quiçá evita-las de modo legal. O que aquela comunidade nos repassa de informações contábeis, financeiras, enfim, administrativas, nós arquivamos e acompanhamos. Se eventualmente algo não nos é relatado, isso não pode ser debitado sob nossa responsabilidade.

Por fim, esclarecemos aos senhores e senhoras jornalistas Dacau e Carolina (ou outros que eles indicarem) que gentilmente nos recebem por meio deste e-mail, que, tão logo cesse as restrições pandêmicas (Covid) e, em paralelo, os Estatutos estejam definitivamente aprovados e em vigor, será uma honra recebê-los para a pretensa entrevista, por eles mesmo ventilada. Basta um simples agendamento que será uma satisfação recebê-los para um café.

Certo de poder contar com a sua valiosa atenção e colaboração, estando ainda, sempre pronto para qualquer outro esclarecimento, atenciosamente.

Cônego Wilson Mário de Moraes

Vigário Geral